

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXI Jornada de Pesquisa

BRASIL: ESPECIFICIDADES DA EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO PERÍODO DE 2002 A 2015¹

Rayan Rossi Bonadiman², Eduardo Rafael Dos Santos Malheiros³, Emerson Junior Klein Borba⁴, Andressa Gabriela Müller Fassbinder⁵, Jaciele Negrette Moreira⁶, Dilson Trennepohl⁷.

¹ Atividade de pesquisa desenvolvida no Laboratório de Economia Aplicada, com o envolvimento dos bolsistas do Grupo PET Economia.

² Aluno do curso de Ciências Econômicas da UNIJUI; Bolsista do Grupo PET Economia; rayanbonadiman@hotmail.com

³ Aluno do curso de Ciências Econômicas da UNIJUI; Bolsista do Grupo PET Economia; edurafamalheiros@hotmail.com

⁴ Aluno do curso de Ciências Econômicas da UNIJUI; Bolsista do Grupo PET Economia; emersonjrklein@hotmail.com

⁵ Aluna do curso de Ciências Econômicas da UNIJUI; Bolsista do Grupo PET Economia; andressa_fassbinder@hotmail.com

⁶ Analista do Laboratório de Economia da UNIJUI, bacharel em economia pela UNIJUI, Tecnóloga em Processos Gerenciais-UNIJUI e

aluna do MBA-Finanças e Mercados de Capitais-UNIJUI; jaciele.moreira@unijui.edu.br

⁷ Professor do DACEC/UNIJUI; Tutor PET Economia; dilson@unijui.edu.br

Introdução

Através da implantação do Laboratório de Economia Aplicada os estudantes e professores do Curso de Ciências Econômicas da UNIJUI realizam acompanhamento permanente de diversos indicadores econômicos visando desenvolver habilidades e competências para análise da realidade e compreensão de sua dinâmica. Os indicadores relativos ao mercado de trabalho figuram entre os mais importantes para compreender a dinâmica econômica em curso e as projeções de cenários para o futuro. Neste sentido o laboratório passou a elaborar Boletins Mensais de Emprego para diversos municípios da região Noroeste do Rio Grande do Sul, identificando os movimentos de Admissão e Desligamento de trabalhadores através das estatísticas do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho e Emprego-CAGED/MTE. A experiência acumulada na análise dos dados mensais por município instigou aos integrantes do Grupo PET Economia a lançar um olhar sobre o contexto mais abrangente da dinâmica do mercado de trabalho no Brasil. O presente trabalho se propõe a analisar a dinâmica de evolução do trabalho formal no Brasil, contemplando as relações contratuais de trabalho, reguladas por legislação específica e com direito às garantias sociais. Tem como objetivo geral verificar a evolução do número de empregos formais, com carteira assinada no País, avaliando a distribuição dos postos de trabalho por atividade econômica, com vistas à leitura da dinâmica contemporânea da economia local. A fonte básica de pesquisa, que subsidia as análises, é o banco de dados de MTE-Ministério do Trabalho e do Emprego, com base na RAIS-Relação Anual de Informações Sociais e no CAGED-Cadastro Geral de Emprego e Desemprego, divulgados mensalmente com informações de admissões e desligamentos de trabalhadores nas empresas. Os dados da última década permitiram verificar uma

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXI Jornada de Pesquisa

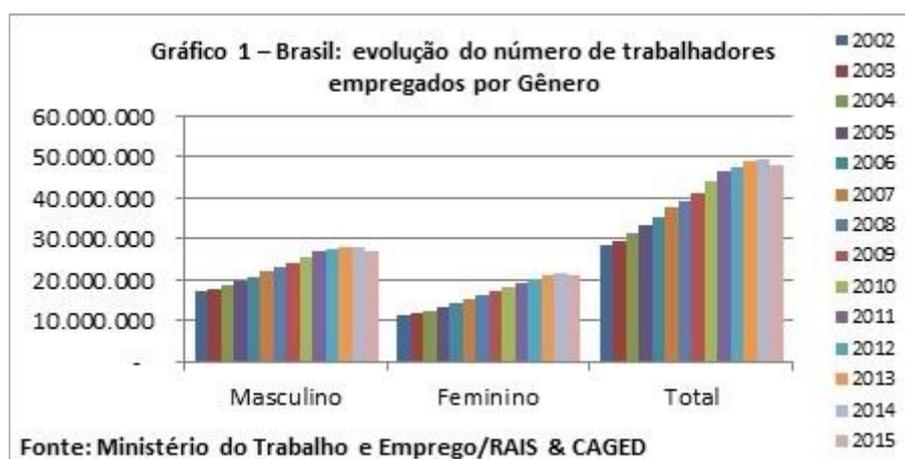
evolução consistente no mercado de trabalho formal no período analisado, mas com sinais evidentes de retração no final de 2014 e início de 2015.

Metodologia

Para este estudo são utilizados os dados divulgados pelo MTE para o Brasil no período de 2002 a 2015. Trata-se de um período relativamente longo, em que estiveram em vigor diversas políticas públicas de inclusão social e de estímulo a geração de emprego e renda na economia brasileira. O Ministério do Trabalho e Emprego disponibiliza as informações sobre a movimentação dos empregos formais de forma desagregada, podendo ser organizados de acordo com as características dos trabalhadores (gênero, idade, instrução, etc.) ou segundo a classificação dos empregadores por sua localização ou em setores econômicos pelo IBGE-Instituto Brasileiro de Economia e Estatística. Os dados da RAIS-Relação Anual de Informações Sociais contém as informações sobre o número total de trabalhadores empregados ao final de cada ano, permitem um olhar em perspectiva histórica e uma análise mais estrutural do mercado de trabalho nos diferentes espaços do território nacional. Esses dados, disponíveis até 31/12/2014, foram complementados para fins de atualização pelas informações do CAGED sobre o saldo da movimentação de admissões e desligamentos acumulado em 2015. Os dados foram obtidos diretamente do Portal do Ministério do Trabalho e Emprego http://portal.mte.gov.br/caged_mensal/principal.htm#1, organizados de acordo com as principais variáveis de características dos trabalhadores (gênero, instrução, idade, carga horária, salário médio, etc.), as características referentes aos estabelecimentos empregadores (setor de atividade, tamanho, região, etc.) e analisados em sua evolução ao longo do período de 2002 a 2015.

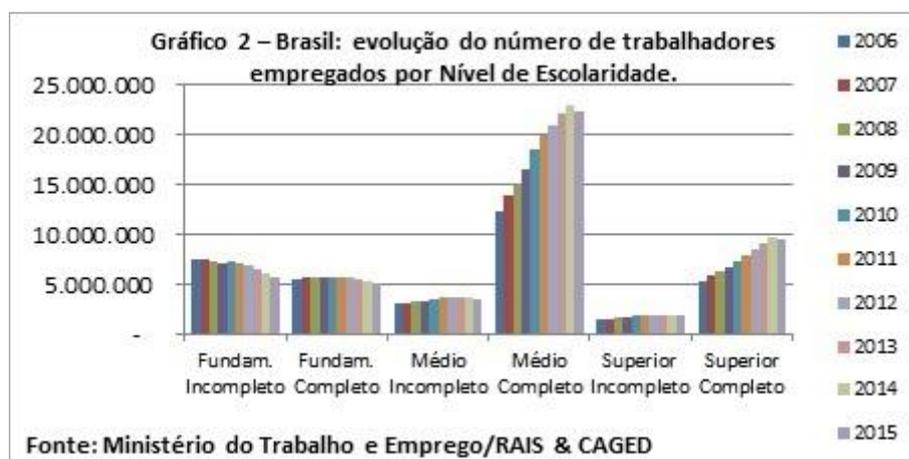
Resultados e discussão

Com base nos dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através da RAIS-Relação Anual de Informações Sociais e do CAGED-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados foram elaborados os diversos gráficos para melhor visualizar e compreender a evolução do número de empregos formais no Brasil.



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXI Jornada de Pesquisa

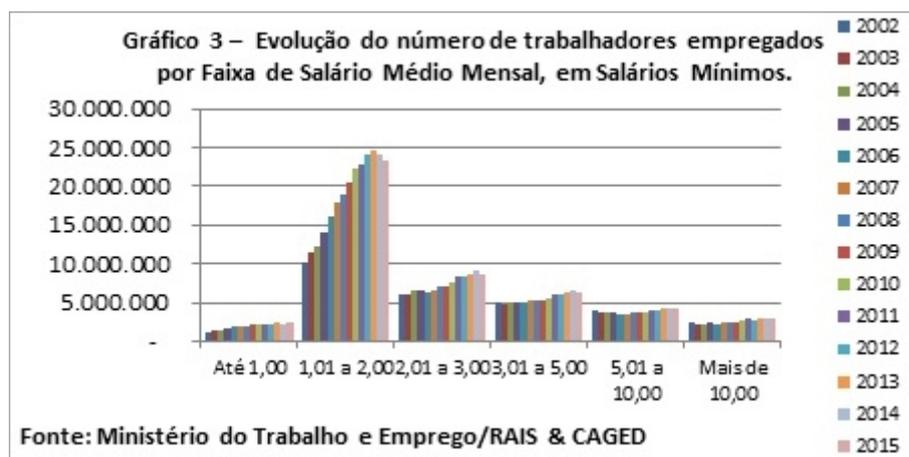
Os dados relativos ao número de trabalhadores empregados por Gênero, apresentados no Gráfico 1 confirmam as observações empíricas de crescimento da participação feminina no mercado de trabalho. Enquanto o número de trabalhadores homens cresceu 57%, passando de 17.265.351 em 2002 para 27.028.339 em 2015, o número de trabalhadoras mulheres cresceu 83%, passando de 11.418.562 para 20.917.620, no mesmo período de tempo. Com isso a participação feminina no mercado de trabalho cresceu de 40% para 44% dos empregos e a participação masculina reduziu de 60% para 56%. Importa salientar também que o número total de trabalhadores empregados com carteira assinada cresceu 67%, passando de 28.683.913 em 2002 para 47.945.959 em 2015, o que representa uma taxa anual média de expansão superior a 4%. Também é possível perceber claramente que o ritmo de expansão diminuiu sensivelmente no final de 2014 e especialmente em 2015, refletindo o desaquecimento da atividade econômica e as perspectivas de recessão que se vislumbram no horizonte. Considerados apenas os dados até 2013, o ritmo de expansão anual registra uma taxa anual média de 5% durante os 11 anos, nível superior a outros períodos históricos alcançados no contexto de uma crise internacional que afetou seriamente o emprego em diversos países.



Ao tomar os dados sobre o número de trabalhadores empregados por Grau de Instrução ou Nível de Escolaridade, apresentados no Gráfico 2, aparece com destaque a participação expressiva e crescente do grupo de trabalhadores com Ensino Médio Completo. Enquanto o grupo de trabalhadores com Ensino Fundamental Incompleto diminuiu em 25% o número absoluto de empregados e perdeu 10 pontos percentuais em sua participação relativa, o grupo de trabalhadores com Ensino Fundamental Completo diminuiu em 7% o número absoluto e perdeu 5 pontos percentuais em sua participação relativa, os dois grupos com Ensino Médio Incompleto e Completo cresceram 13% e 80%, respectivamente, e ampliaram sua participação relativa de 44% para 54%, conjuntamente. Também o número de trabalhadores com Ensino Superior Incompleto, que cresceu 23%, e o grupo com Ensino Superior Completo, que cresceu 82%, contribuíram positivamente para o crescimento do emprego no período. Parece evidente o impacto das políticas públicas de inclusão social pela educação e o esforço dos trabalhadores em resposta a tais políticas e ao estímulo das

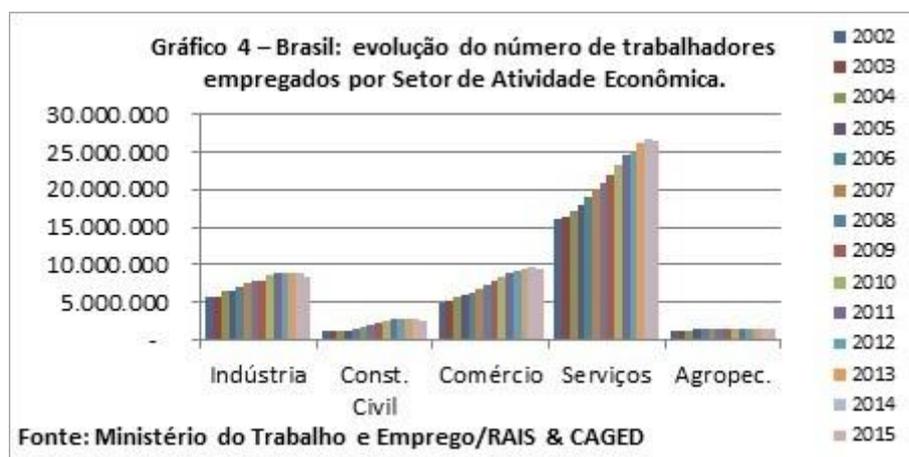
Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXI Jornada de Pesquisa

empresas no sentido da qualificação profissional. Em virtude de uma mudança na metodologia de apresentação dos dados relativos ao grau de instrução dos trabalhadores pelo MTE/RAIS o período analisado para esta variável foi menor – entre 2006 e 2015 – para manter a comparabilidade das informações utilizadas.



De acordo com os dados apresentados no Gráfico 3 é possível constatar que o número de trabalhadores que compõem a primeira faixa salarial, cuja remuneração média mensal vai até 1,0 Salário Mínimo cresceu 99%, passando de 1.379.949 trabalhadores em 2002 para 2.436.862 em 2015. Nesta faixa podem estar incluídos trabalhadores com carga horária semanal menor, configurando contratos de tempo parcial. A segunda faixa salarial, com Salário Médio Mensal entre 1.01 a 2.0 salários mínimos, foi a que apresentou a maior expansão no período, partindo de 10.088.636 empregados em 2002 e alcançando 23.451.426 em 2015, o que representa um crescimento de 132%. Esta é também a faixa com maior participação relativa, respondendo por cerca de 50% do total de trabalhadores empregados. A faixa salarial que considera os trabalhadores com salário médio de 2.01 a 3.0 salários mínimos evoluiu de 6.123.180 em 2002 para 8.648.064 em 2015, com um crescimento de 41%, enquanto a faixa de 3.01 a 5.00 salários mínimos passou de 4.799.125 para 6.365.706, com 29% de crescimento. Já nas faixas salariais de melhor remuneração, de 5.01 a 10.0 salários mínimos e mais de 10.0 salários mínimos, o desempenho foi inferior à média, com crescimento foi de 6% e 21% respectivamente. É importante registrar que o Salário Mínimo Nacional apresentou importantes ganhos de poder de compra ao longo deste período e as categorias profissionais não conseguiram alcançar os mesmos índices de reajuste em suas negociações coletivas. Os dados do Gráfico 4 apresentam a distribuição do número de trabalhadores empregados por setor de atividade econômica do estabelecimento empregador e sua evolução de 2002 até 2015. É possível observar a importância que possui o setor de Serviços no País, com uma concentração superior a 55% dos trabalhadores empregados em estabelecimentos desta atividade econômica e um crescimento de 65%, passando de 16 milhões de empregados em 2002 para 26,3 milhões em 2015.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXI Jornada de Pesquisa



O setor da Indústria, que representava 17% do total de trabalhadores empregados em 2002, apresentou um crescimento de 46% no período, inferior ao crescimento médio, e reduziu sua participação relativa para 17% em 2015. O setor de Comércio apresentou um crescimento de 96% no período e ampliou sua participação relativa de 16,8% em 2002 para 19,8% do total de empregos do Brasil em 2015. Juntos, Comércio e Serviços representam três quartos do total de trabalhadores empregados no Brasil e ambos contribuíram positivamente para a expansão do emprego. Já o setor da Construção Civil com uma participação relativa de 4% em 2002 e 5% em 2015 foi o que apresentou o maior incremento, com 117% de crescimento no período. Importa registrar ainda o reduzido grau de participação da Agropecuária na geração de empregos no País. Com um crescimento de apenas 29% ao longo do período o setor reduziu sua participação de 4% para 3% no total de trabalhadores empregados. A presença forte da agricultura familiar e o processo de mecanização das unidades de produção empresariais são características que contribuem para os resultados registrados.



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

Os dados relativos ao Microempreendedor Individual podem ser obtidos no Portal de Empreendedor <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual> e possibilitem observar a evolução desta modalidade de trabalho. O Gráfico 5 mostra o número de cidadãos brasileiros que passaram a exercer seu trabalho de forma legal cresceu significativamente com o passar dos anos. No primeiro ano em 2009 foram inscritas 44.188 pessoas em todo o Brasil no Portal do Empreendedor. Já, no ano seguinte este número aumentou para 760.089 pessoas com seu trabalho formalizando nesta categoria. Porém foi a partir do ano de 2011 que se alcançou o marco de um milhão de inscritos e nos anos seguintes cresceu aproximadamente 1 milhão de pessoas inscritas por ano alcançando de 5.589.624 pessoas em 2015. Esse fenômeno de alto crescimento que levou mais de 5 milhões de brasileiros se tornarem Microempreendedores Individuais em apenas 6 anos se deve as vantagens de que o programa oferece como: menos burocracia, menores taxas para registro, menos tributos, menos custos com funcionários e cobertura previdenciária. Outro provável motivo para o crescimento do MEI foi que com as demissões enfrentadas na crise econômica que o País vem enfrentando este se tornou uma alternativa de ocupação e renda. O conjunto de resultados apresentados é muito significativo para revelar o excepcional desempenho econômico do Brasil durante o período analisado. É necessário lembrar que neste período houve frustrações de safras agrícolas, oscilações nos preços das commodity agrícolas e uma crise financeira internacional que gerou elevados índices de desemprego em diversos países do mundo. Entretanto, os dados mais recentes apontam para as dificuldades oriundas da redução do crescimento econômico no Brasil, em especial seu impacto no setor industrial.

Conclusões

O presente trabalho permite verificar que o Brasil apresentou um crescimento significativo do mercado de trabalho no período de 2002 a 2015, com aumento de 67% no número de trabalhadores empregados com carteira assinada. A expansão do emprego apresentou especificidades em relação as características dos trabalhadores ou dos estabelecimentos empregadores. O crescimento do emprego foi maior entre as mulheres, que ampliaram sua participação no mercado e também foi mais acentuado entre os trabalhadores com maior grau de instrução ou escolaridade. Os principais setores que contribuíram para essa evolução foram os setores da Construção Civil e do Comércio, enquanto a Indústria e a Agropecuária cresceram menos que a média. Os estabelecimentos do setor de Serviços continuam sendo os maiores empregadores com metade do emprego total. Do ponto de vista regional, a região Sudeste cresceu menos do que a média nacional, perdeu 3 pontos percentuais em sua participação relativa, mas continua respondendo por metade dos trabalhadores empregados no País. O ritmo de expansão dos empregos oscilou ao longo do período com menor intensidade entre 2002 e 2009, maior intensidade entre 2010 e 2013, uma estabilização na passagem de 2014 e que em 2015. O trabalho permite desenvolver habilidades e competências previstas no Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas que busca a formação de profissionais comprometidos com a realidade social e econômica, com postura crítica diante dos fatos e capacidade de intervenção no desenvolvimento local e regional. O Perfil Profissional do Economista formado pela UNIJUI valoriza a capacidade para fazer diagnósticos consistentes e compreender situações do contexto em que vive e atua. Estimula a postura aberta e atenta para fazer análises da conjuntura econômica e da dinâmica social e política local e global;

Palavras-Chave: Trabalho e Emprego, Mercado de Trabalho, Economia Regional

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

Referências Bibliográficas

BASTOS, R. L. A. A inserção dos jovens no mercado de trabalho da região metropolitana de Porto Alegre: uma experiência marcada pela elevada incidência do desemprego. In: BASTOS, R. L. A. (Coord.). Dimensões da Precarização do Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, 2007. p. 153-192.

BASTOS, R. L. A. Crescimento populacional, ocupação e desemprego dos jovens: a experiência recente da Região Metropolitana de Porto Alegre. Revista Brasileira de Estudos da População, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 301-315, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php> Acesso em: 23 nov. 2010.

BASTOS, R. L. A. Desemprego na região metropolitana de Porto Alegre: aspectos da experiência dos anos 2000. Porto Alegre: FEE, 2010. (Textos para Discussão FEE, n. 76).

BASTOS, R. L. A. Jovens no mercado de trabalho da região metropolitana de Porto Alegre: quais as mudanças relevantes nos anos 2000? Porto Alegre: FEE, 2010a. (Textos para Discussão FEE, n. 86).

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Políticas de Juventude. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/ acesso em abril de 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Departamento de Emprego e Salário. RAIS: Brasília. <http://acesso.mte.gov.br/rais/> acesso em março de 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Departamento de Emprego e Salário. RAIS: competência 2002 — 2014. Brasília. <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php> acesso em março de 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Departamento de Emprego e Salário. CAGED ESTATÍSTICO: Brasília. http://acesso.mte.gov.br/caged_mensal/principal.htm#1 acesso em março 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Departamento de Emprego e Salário. CAGED ESTATÍSTICO: janeiro a dezembro 2015. Brasília. <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged.php> acesso em março de 2015.

BRASIL. Portal do Empreendedor - MEI. Microempreendedor Individual. Estatísticas. <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatistica/relatorios-estatisticos-do-mei> . Acesso em março de 2015.

CARRARO, A. B.; MASSUQUETTI, A. & ALVES, T. W. O mercado de trabalho dos jovens na Região Metropolitana de Porto Alegre durante o Governo Lula (2003-10). Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 123-158, jun. 2015.

CORSEUIL, C. H. L.; FOGUEL, M. N. Expansão econômica e aumento da formalização das relações de trabalho: uma abordagem através das contratações. Rio de Janeiro: IPEA, 2011. (Texto para Discussão, n. 1571).

DIAS, J. C.; RIBEIRO, R. & NEDER, H. D. Efeitos distributivos recentes do salário mínimo no Brasil: recortes segundo a posição na ocupação. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 77-106, jun. 2011.

FIORI, T. P.; XAVIER SOBRINHO, G. G. F. Trajetórias do emprego formal no Rio Grande do Sul em 2011: uma análise a partir dos dados da RAIS e do CAGED. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 103-114, 2012.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

OECD. (2014). Melhores competências, melhores empregos, melhores condições de vida: Uma abordagem estratégica das políticas de competências, Santillana, Brazil, São Paulo, SP.

DOI: <http://dx.doi.org.ez115.periodicos.capes.gov.br/10.1787/9788563489197-pt>

RABELO, M. M.; RUCKERT, I. N. Ações de inclusão produtiva urbana no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria no Rio Grande do Sul. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 73-84, 2015.

SCHUMACHER, G.; MARION FILHO, P. J. & REICHERT, H. O Rio Grande do Sul no governo Lula (2003-2010): vantagem competitiva, especialização e emprego. Desenvolvimento em Questão, Editora UNIJUI, ano 10, n. 19, jan./abr. 2012. p. 132-155.

XAVIER SOBRINHO, G. G. F.; STERNBERG, S. S. W. Demissões voluntárias: sentidos renovados da rotatividade em um mercado de trabalho aquecido. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 85-96, 2016.